

# 24105 - POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

## 1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

### Legislação Atualizada e Síntese das Competências

O Decreto nº 30.490, de 22 de junho de 2009 aprova o Regimento Interno da PCDF e dá outras providências. A estrutura administrativa da PCDF foi, ainda, alterada pelos seguintes decretos distritais:

- Decreto Distrital nº 33.483, de 10 de janeiro de 2012;
- Decreto Distrital nº 33.669, de 21 de maio de 2012;
- Decreto Distrital nº 34.938, de 09 de dezembro de 2013;
- Decreto Distrital nº 35.080, de 16 de janeiro de 2014;
- Decreto Distrital nº 35.372, de 28 de abril de 2014;
- Decreto Distrital nº 35.856, de 30 de setembro de 2014;
- Decreto Distrital nº 36.080, de 27 de novembro de 2014;
- Decreto Distrital nº 37.069, de 21 de janeiro de 2016;
- Decreto Distrital nº 37.465, de 07 de julho de 2016;
- Decreto Distrital nº 38.098, de 30 de março de 2017;
- Decreto Distrital nº 38.815, de 18 de janeiro de 2018;
- Decreto Distrital nº 39.182, de 03 de julho de 2018;
- Decreto Distrital nº 39.218, de 06 de julho de 2018.

## **História da Polícia Civil do Distrito Federal**

Em 1808, o Príncipe Regente Dom João VI, preocupado com a segurança da corte diante de uma possível disseminação das idéias liberais francesas, criou o cargo de intendente-geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, similar ao de Portugal, conforme estabelecido no Alvará de 10 de maio daquele ano.

O cargo de primeiro Intendente-Geral de Polícia foi ocupado pelo Desembargador Paulo Fernandes Viana, Ouvidor-Geral do Crime e membro da ordem de Cristo, considerado o fundador da Polícia Civil no Brasil. Ao criar a Intendência-Geral de Polícia

da Corte e do Estado do Brasil, o Príncipe regente, em um só ato, instituiu a Polícia da Capital e a Polícia do País. A criação da Intendência-Geral de Polícia é considerada o marco histórico da Polícia no Brasil, sendo compartilhado pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e pela Polícia Civil do Distrito Federal.

Historicamente, a instituição passou por diversas transformações. Em 1830, o Código Criminal do Império do Brasil estabeleceu em cada município e província da Corte, o cargo de Chefe de Polícia, auxiliado por delegados e subdelegados. Em 1871, foi criado o Inquérito Policial, sendo instituído, como requisito para o exercício do cargo de Chefe de Polícia, o "notável saber jurídico". Com a Proclamação da República, em 1889, os serviços de polícia passaram a ser regulamentados por leis estaduais, sendo que, em 1902, o Presidente da República, Rodrigues Alves, reformou o serviço policial da capital, denominando-o Polícia Civil do Distrito Federal. O Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, em 1946, instituiu 21 de abril como dia das polícias civis e militares e, como patrono da instituição, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. No decorrer do governo Vargas, a polícia Civil do Distrito Federal foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública - DFSP, que no governo Juscelino Kubitschek, com a mudança da Capital Federal, transferiu sua sede para Brasília e incorporou servidores da Guarda Especial de Brasília - GEB.

Durante o governo Castelo Branco, em 1964, o DFSP foi reorganizado, sendo acrescida à sua estrutura a Polícia do Distrito Federal, que contava com a Divisão de Polícia Judiciária - DPJ. Em 1965, foram promovidas alterações adicionais, em especial a implantação do Regime Jurídico dos Policiais Civis da União e do Distrito Federal, iniciando a era contemporânea da polícia Civil do Distrito Federal. O Regime jurídico definiu 21 de abril como dia do Funcionário Policial Civil.

Atualmente, as polícias civis são dirigidas por delegados de polícia de carreira e possuem a incumbência, ressalvada a competência da união, de exercer as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares, conforme estabelecido na Constituição Federal.

Com o rápido desenvolvimento científico, as polícias civis têm primado pelo aprimoramento constante dos procedimentos investigativos, com ênfase nas áreas de inteligência policial e polícia técnica, bem como pela atualização dos recursos tecnológicos indispensáveis ao exercício de suas funções.

O respeito irrestrito aos direitos fundamentais, a integração com a sociedade, a honestidade, a proatividade, a imparcialidade, o absoluto compromisso com o inalienável dever de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, tornam as Polícias Civis, verdadeiras baluartes na defesa dos direitos humanos.

## **Competências da Polícia Civil do Distrito Federal**

A Polícia Civil do Distrito Federal, dirigida por Delegados de Polícia de carreira, incumbe, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Dentro da esfera de competência está a realização de investigações criminais, por meio de inquérito policial ou termo circunstanciado, bem como a lavratura de auto de prisão em flagrante e termo circunstanciado em situação flagrancial.

Compete também à Polícia Civil do Distrito Federal representar pelas medidas judiciais necessárias à consecução de suas atribuições e dar efetividade às decisões judiciais relacionadas à investigação criminal.

**Robson Cândido da Silva**  
Diretor Geral  
Matrícula 57.596-8

A polícia judiciária é um órgão da segurança do Estado que tem como principal função apurar as infrações penais e sua autoria por meio da investigação policial, que é um procedimento administrativo com característica inquisitiva, servindo, em regra, de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal de iniciativa pública.

No Brasil as atribuições de polícia judiciária são da competência das Polícias Cíveis das 27 unidades da federação (Polícias Cíveis dos Estados e do Distrito Federal) e da

Polícia Federal, de acordo com os parágrafos 4º e 1º, do artigo 144, da Constituição Federal de 1988.

No âmbito do Distrito Federal, a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) é órgão do sistema de segurança pública, a qual compete, nos termos do artigo 144, § 4º, da Constituição Federal, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as de natureza militar.

Dentro da esfera de competência está a realização de investigações criminais, por meio de inquérito policial, termo circunstanciado e procedimento de apuração de ato infracional, bem como a lavratura de auto de prisão em flagrante e termo circunstanciado em situação flagrancial. Cabe ainda à Polícia Civil do Distrito Federal representar pelas medidas judiciais necessárias à consecução de suas atribuições e dar efetividade às decisões judiciais relacionadas à investigação criminal. As principais atribuições da PCDF são as seguintes:

- Praticar, com exclusividade, todos os atos necessários à apuração das infrações penais e elaboração do inquérito policial, do termo circunstanciado e do procedimento de apuração de ato infracional;
- Promover o recrutamento, seleção, formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional e cultural do policial civil;
- Cumprir mandados de prisão e de busca e apreensão, bem como outras ordens expedidas pela autoridade judiciária competente, no âmbito de suas atribuições;
- Organizar e executar o cadastramento da identificação civil e criminal;
- Preservar locais, apreender instrumentos e objetos que possam ter vinculação à elucidação de infração penal, conservando os vestígios e sua cadeia de custódia, para a realização de perícias e exames complementares;
- Manter o serviço de estatística e análise criminal, de maneira a fornecer informações precisas e atualizadas sobre índices de criminalidade, de violência e de infrações de trânsito;
- Organizar e realizar ações de inteligência, destinadas ao exercício das funções de polícia judiciária e à apuração de infrações penais;
- Fomentar o desenvolvimento de pesquisas e estudos visando ao aperfeiçoamento dos procedimentos policiais e da investigação criminal;
- Colaborar com a Justiça Criminal, fornecendo as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos e realizar as diligências, fundamentadamente, requisitadas pelo juiz de direito e membros do Ministério Público nos autos do inquérito policial.

#### **Identidade Estratégica e Objetivos Estratégicos da PCDF**

A **Identidade Estratégica** da PCDF consiste na enunciação de seu negócio, missão, visão e valores. O **Negócio** da PCDF é elucidar infrações penais com efetividade, exercer as funções de polícia judiciária e promover a cidadania. O conceito de negócio consiste na essência do que a organização faz, no que é produzido e entregue aos clientes.

A **Missão** de uma instituição consiste na definição de sua razão de existência. A Missão da PCDF é promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados.

A **Visão** de uma organização consiste no onde ela pretende chegar e como quer ser vista no futuro. A visão da PCDF consiste em até 2020 ser referência nacional como instituição policial em resolução das infrações penais e atendimento ao cidadão, incrementando os respectivos índices atuais em 30% com repercussão na diminuição da criminalidade no DF.

Os **Valores** da PCDF consistem na definição dos pilares de suas ações, que devem permear as condutas do servidor policial civil, sendo os seguintes: ética profissional, legalidade, honestidade, lealdade, prontidão, perseverança, coragem e capital humano.

Os **Objetivos Estratégicos** da PCDF, contidos no Mapa Estratégico Corporativo, foram organizados em quatro perspectivas, compostas por temas estratégicos paralelos e complementares, quais sejam:

- **Perspectiva Aprendizado e Crescimento:** elenca os objetivos estratégicos alinhados à gestão do capital humano, organizacional e do conhecimento. São eles:
  - Desenvolver uma Organização Orientada à Estratégia;
  - Desenvolver Cultura de Valorização do Servidor e de Meritocracia;
  - Promover um Clima de Comprometimento e Motivação;
  - Desenvolver um Time de Alta Performance;
  - Atrair, Selecionar e Reter Talentos;
  - Fortalecer Competências Essenciais ao Negócio;
  - Gerir o Conhecimento;
  - Fortalecer Competências Gerenciais;
  - Consolidar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação Eficazes.
- **Perspectiva Processos Internos:** identifica os processos internos considerados críticos para o desempenho da missão institucional. São eles:
  - Otimizar a Investigação Policial;
  - Otimizar a Atividade de Polícia Judiciária;
  - Trabalhar de Forma Integrada;
  - Aprimorar a Qualidade dos Procedimentos Policiais;
  - Desenvolver Técnicas Modernas de Investigação e de Polícia Judiciária;
  - Otimizar o Atendimento ao Público;
  - Adequar e Padronizar Rotinas e Procedimentos de Atendimento;
  - Adequar e Padronizar a Infraestrutura;

Roberto André das  
Vr Geral  
7.596-5  
Mar

- Virtualizar os Procedimentos Policiais;
- Aprimorar a Coleta e o Processamento de Informações;
- Garantir a Modernização Institucional;
- Implementar os Projetos Estratégicos com Efetividade;
- Otimizar Processos Administrativos e Operacionais;
- Promover Asseratividade Orçamentária e Financeira;
- Garantir Recursos Orçamentários e Financeiros.

- Perspectiva Cliente-Cidadão: Capacidade de satisfazer o cidadão com produtos e serviços de qualidade. São eles:

- Maximizar a Satisfação do Cidadão com a PCDF;
- Fortalecer a Credibilidade e a Imagem Institucional;
- Fortalecer a Comunicação Organizacional;
- Aproximar PCDF e Comunidade;
- Garantir Qualidade e proatividade no Atendimento.

- Perspectiva Sociedade: essa perspectiva elenca os objetivos estratégicos que impactam mais diretamente a sociedade, que deverão ser alcançados em consequência do sucesso das demais perspectivas. São eles:

- Impactar Positivamente na Redução dos Índices de Criminalidade no DF;
- Elucidar Infrações Penais com Efetividade;
- Cumprir com Celeridade as Ordens Judiciais.

### **Estrutura Orgânica da PCDF: Departamentalização Funcional**

A PCDF cumpre sua missão e realiza seu negócio através de ações e competências distribuídas em seus departamentos e de sua Corregedoria-Geral de Polícia (CGP) e Escola Superior de Polícia Civil (ESPC). Cabe à Direção-Geral da PCDF o planejamento e a elaboração de normas e diretrizes gerais necessárias ao cumprimento da missão institucional, bem como a coordenação dos departamentos, da CGP e da ESPC.

A estrutura organizacional da PCDF caracteriza-se por ser uma departamentalização funcional, a qual objetiva o agrupamento de suas atividades e tarefas em torno de suas principais funções desenvolvidas.

A atividade-fim da PCDF concentra-se, essencialmente, no Departamento de Polícia Circunscrição (DPC) e no Departamento de Polícia Especializada (DPE), formados pelas delegacias de área e as delegacias e coordenações de polícia especializada. Compete a essas unidades a realização da investigação criminal, com seus desdobramentos, como a execução de operações policiais e cumprimento de mandados judiciais. O Departamento de Atividades Especiais (DEPATE) auxilia no planejamento e execução das operações policiais, além de cumprir mandados judiciais. Atua ainda em situações específicas, como extorsão mediante sequestro.

Ao Departamento de Polícia Técnica (DPT) estão subordinados os institutos médico-legal, de criminalística, de identificação e de pesquisa de DNA forense da PCDF, responsáveis pela produção de provas materiais obtidas através de diferentes tipos de vestígios. Os laudos confeccionados por esses institutos são juntados ao inquérito policial, procedimento administrativo previsto no Código de Processo penal Brasileiro, visando à constatação da materialidade do fato e ao levantamento de indícios de autoria da infração penal.

Objetivando apoiar a atividade investigativa da PCDF, foi criado o Departamento de Inteligência e Gestão da Informação (DGI). Sua estrutura é composta pelas seguintes divisões: Lavagem de Dinheiro, Inteligência Policial, Controle de Denúncias, Delegacia Eletrônica, Análise Técnica e Estatística, as quais produzem análises e conhecimento para utilizados na investigação criminal. Integram ainda o DGI a Divisão de Tecnologia e a Divisão de Telecomunicações, que atuam na função de suporte da atividade policial.

A Escola Superior de Polícia Civil (ESPC) é a unidade orgânica responsável pelo planejamento, organização, coordenação, controle e execução dos processos seletivos de concurso público para as carreiras da PCDF, também incumbida do treinamento e desenvolvimento dos servidores, visando à difusão de conhecimentos para o aperfeiçoamento da atividade policial e a uniformização da doutrina de procedimentos policiais.

As atividades-meio da PCDF são exercidas essencialmente pelo Departamento de Administração Geral (DAG) e pelo Departamento de Gestão de Pessoas (DGP). Cabe ao DAG realizar atividades relacionadas à gestão orçamentária e financeira, ao planejamento e a execução de licitações, gestão de contratos, construção e reforma de unidades policiais, manutenção da frota e aquisição de bens e serviços.

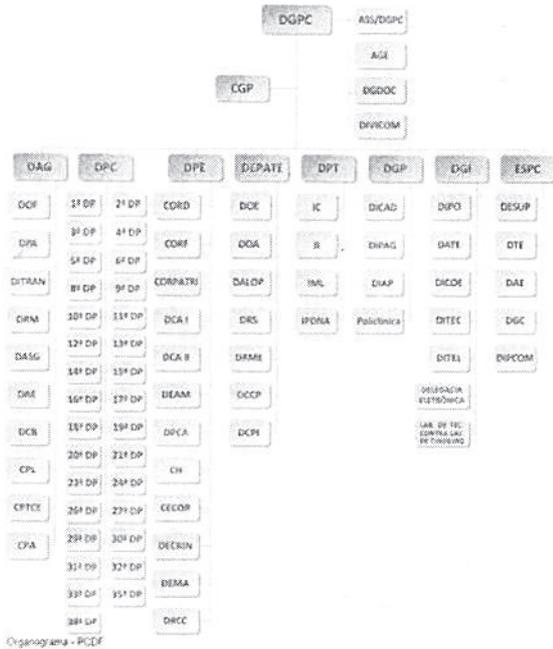
O Departamento de Gestão de Pessoas realiza as atividades de cadastro, pagamento, aposentadoria e pensão dos servidores. Faz parte desse departamento a Policlínica da PCDF, a qual presta atendimento ambulatorial aos servidores policiais e pessoal da Carreira de Apoio Policial nas áreas de Assistência à Saúde, Saúde Ocupacional, bem como realiza avaliações periciais de servidores ativos e aposentados.

A Corregedoria-Geral de Polícia Civil (CGP), órgão de direção superior e de controle interno da atividade policial civil, diretamente subordinada à Direção-Geral da PCDF, tem como atribuições supervisionar e orientar os procedimentos formais relativos às funções de polícia judiciária e de investigação de infrações penais da PCDF, realizando correições em seus procedimentos penais e administrativos.

A PCDF possui em sua estrutura a Unidade de Controle Interno (UCI), subordinada à Corregedoria-Geral de Polícia (CGP). Cabe à UCI, em linhas gerais, o exercício das atividades de auditoria e controle da PCDF, e ainda supervisionar, analisar, orientar, fiscalizar, avaliar e acompanhar os atos de gestão administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, assim como auxiliar e dar o devido tratamento aos processos de auditoria e controle externo da Polícia Civil do Distrito Federal.

Robson Cândido da Silva  
Diretor Geral  
Matrícula 57.596-8

Organograma da Polícia Civil do Distrito Federal



DGPC	DIREÇÃO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL
ASS/DGPC	Assessoria da Direção-Geral da Polícia Civil
AGE	Assessoria de Gestão Estratégica
DGDOC	Divisão de Gestão de Documentos e Apoio Administrativo
DIVICOM	Divisão de Comunicação
CGP	Corregedoria-Geral
Ouvidoria	Ouvidoria
CPD	Comissão Permanente de Disciplina
DAG	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DOF	Divisão de Orçamento e Finanças
DPA	Divisão de Planejamento Administrativo
DITRAN	Divisão de Transportes
DRM	Divisão de Recursos Materiais
DASG	Divisão de Apoio e Serviços Gerais
DAE	Divisão de Arquitetura e Engenharia
DCB	Divisão de Custódia de Bens
CPL	Comissão Permanente de Licitação
CPTCE	Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial
CPA	Comissão Permanente de Alienação
DPC	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIRCUNSCRICIONAL
DP	Delegacias de Polícia
DPE	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA
CORD	Coordenação de Repressão às Drogas
CH	Coordenação de Repressão a Homicídios
CORF	Coord. de Repressão aos Crimes Contra o Consumidor, a Propriedade Imaterial e a Fraudes
CECOR	Coordenação Especial de Combate a Corrupção, ao Crime Organizado, aos Crimes Contra a Administração Pública e aos Crimes Contra a Ordem Tributária
CORPATRI	Coordenação de Repressão aos Crimes Patrimoniais
DECRIN	Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência
DCA I	Delegacias da Criança e do Adolescente I
DCA II	Delegacias da Criança e do Adolescente II
DEAM	Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
DEMA	Delegacia Especial de Proteção ao Meio Ambiente e à Ordem Urbanística
DPCA	Delegacia Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente
DRCC	Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos
DEPATE	DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES ESPECIAIS
DOE	Divisão Operações Especiais
DOA	Divisão de Operações Aéreas
DALOP	Divisão de Apoio Logístico Operacional
DRS	Divisão de Repressão a Sequestros
DAME	Divisão de Controle de Armas, Munições e Explosivos
DCCP	Divisão de Controle e Custódia de Presos
DCPI	Divisão de Capturas e Polícia Interestadual

Robson Cândido da Silva  
 Diretor-Geral  
 Matrícula 57.596-8

DPT	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA
IC	Instituto de Criminalística
II	Instituto de Identificação
IML	Instituto de Medicina Legal
IPDNA	Instituto de Pesquisa de DNA Forense
DGP	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
DICAD	Divisão de Cadastro
DIPAG	Divisão de Pagamento
DIAP	Divisão de Aposentadorias e Pensões
Policlínica	Policlínica
DGI	DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
DIPO	Divisão de Inteligência Policial
DATE	Divisão de Apoio Técnico e Estratégico
DICOE	Divisão de Controle de Denúncias e Ocorrências Eletrônicas
DITEC	Divisão de Tecnologia
DITEL	Divisão de Telecomunicações
	Delegacia Eletrônica
	Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro
ESPC	ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL
DESUP	Divisão de Ensino Superior
DTE	Divisão Técnica de Ensino
DAE	Divisão de Apoio ao Ensino
DGC	Divisão de Gestão de Concursos
DIPCOM	Divisão de Polícia Comunitária

#### FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	12	1.127	224	3.320	4.683
Comissionados sem vínculo efetivo	14				14
Requisitados de órgãos do GDF	9		59		68
Requisitados de órgãos fora do GDF				1	1
Estagiários			63		63
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango			12		12
Terceirizados (FUNAP)	0		0		0
Outros - especificar					
Subtotal					
(-) Cedidos para outros órgãos					0
<b>Total Geral</b>	<b>35</b>	<b>1.127</b>	<b>358</b>	<b>3.321</b>	<b>4.841</b>

## 2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

### 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

#### Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
3097 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS	1000000,0	0,0	0	0

*Robson Cândido da Silva*  
Diretor Geral  
Matrícula 57.596-8

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
5822 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS - CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA 35ª DELEGACIA DE POLÍCIA DE SOBRADINHO II - DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
5823 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES POLICIAIS E DELEGACIAS - ADEQUAÇÃO E REFORMA DA 17ª DELEGACIA DE POLÍCIA - DISTRITO FEDERAL	500000,0	0,0	0	0
<b>3467 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS</b>	<b>200000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
9604 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA - DISTRITO FEDERAL	200000,0	0,0	0	0
<b>1569 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>3820000,0</b>	<b>11865935,0</b>	<b>6786670,75</b>	<b>4124599,13</b>
0002 - DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA-PCDF-DISTRITO FEDERAL	3820000,0	11865935,0	6786670,75	4124599,13
<b>3029 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>0</b>	<b>1082258,0</b>	<b>1082257,39</b>	<b>361457,30</b>
0007 - MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA-ALOCAR RECURSOS PARA REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	0	1082258,0	1082257,39	361457,30
<b>TOTAL - 6217 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA</b>	<b>5020000,00</b>	<b>12948193,00</b>	<b>7868928,14</b>	<b>4486056,43</b>

A PCDF possui, dentro do programa temático Segurança Pública com Cidadania (6217), cinco indicadores de desempenho. Suas respectivas informações referentes ao período de 01/01/2018 a 31/10/2018 serão descritas a seguir.

### 1. Apreensão de Drogas pela PCDF

TIPO	UNIDADE DE MEDIDA	2018*	TOTAL
MACONHA	Kg	3.873,064	4.049,624
MERLA	Kg	0,131	
COCAÍNA	Kg	100,395	
CRACK	Kg	64,532	
HAXIXE	Kg	11,502	
ECSTASY - MDMA	comprimido	1.732	
LSD	microselo	835	
LANÇA PERFUME	frascos (100ml)	573	

FONTE: Laudo Preliminar / IC

1ª Obs. O Acompanhamento das Apreensões de Drogas no DF leva em consideração a data do Laudo Preliminar do IC.

2ª Obs. Nos Laudos Preliminares, os valores das massas das substâncias são computados como massas brutas ( acondicionamentos + substâncias + impurezas). - Conforme informações do IC.

3ª Obs. Para valores com denominador menor do que 100 não se computa a variação percentual.

4ª Obs. Data da pesquisa 07/JAN/2019

### 3. Inquéritos Concluídos com Autoria Definida

INDICADOR - PCDF	2018*
INQUÉRITOS INSTAURADOS	37.070
NÚMERO DE INQUÉRITOS CONCLUÍDOS	23.301
NÚMERO DE INQUÉRITOS CONCLUÍDOS COM AUTORIA DEFINIDA	16.583

### Índice de Assertividade Orçamentária

#### Informação 1 - Índice de Assertividade Orçamentária

UG - 73.901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF (União) - UO 73.905 - Polícia Civil do Distrito Federal

Despesa autorizada: R\$ 2.184.189.825,00

Despesa empenhada (até 31/12/2018): R\$ 2.184.189.825,00 - Ind. Assertividade: 100%

Despesa Liquidada (até 31/12/2018): 2.144.715.103,00 - Ind. Assertividade: 98%

UG - 0001 - Tesouro do Distrito Federal - UO 24.105 - Polícia Civil do Distrito Federal

Despesa autorizada: R\$ 67.473.095,00

Despesa empenhada (até 31/12/2018): R\$ 62.393.830,00 - Ind. Assertividade: 92%

Despesa Liquidada (até 31/12/2018): R\$ 59.010.959,00 - Ind. Assertividade: 87%

UG - 22906 - Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da PCDF - FUNPCDF

Despesa autorizada: R\$ 19.685.498,70

Despesa empenhada (até 31/12/2018): R\$ 506.516,30 - Ind. Assertividade: 2,57%

Despesa Liquidada (até 31/12/2018): R\$ 506.516,30 - Ind. Assertividade: 2,57%

A seguir, seguem tabelas contendo detalhamento sobre as execuções orçamentárias e financeiras, discriminadas por fonte de recursos.

#### Da Execução Orçamentária e Financeira:

RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL

Robson Candido da Silva  
Diretor Geral  
Matrícula 57.596-8

UG - 73.901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF (União) - UO 73.905 - Polícia Civil do Distrito Federal

Ação/Plano Orçamentário	G N D	Dotação Autoriz	Empenhado	Liquidado	Índice	
					Emp	Liq
Manutenção da PCDF (pagamento de autos)	01	867.390.888,00	867.390.888,00	867.390.888,00	100%	100%
Inativos e Pensionistas	01	958.287.825,00	958.287.825,00	958.287.825,00	100%	100%
Contribuição Patronal da União (GND 01)	01	179.371.187,00	179.371.187,00	179.371.187,00	100%	100%
Auxílio-Creche	03	3.471.996,00	3.471.996,00	3.471.996,00	100%	100%
Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral	03	743.236,00	743.236,00	743.236,00	100%	100%
Auxílio-Alimentação	03	25.157.464,00	25.157.464,00	25.150.279,00	100%	100%
Assistência Saúde	05	11.644.992,00	11.644.992,00	11.644.992,00	100%	100%
Manutenção da PCDF - custeio geral	03	103.112.513,00	103.110.734,00	85.766.892,00	100%	83%
Manutenção da PCDF - investimento	04	35.000.000,00	35.000.000,00	13.389.646,00	100%	38%
<b>Total Geral</b>		<b>2.184.189.825,00</b>	<b>2.184.188.046,00</b>	<b>2.144.715.103,00</b>	<b>100%</b>	<b>98%</b>

FCDF - Empenhado/liquidado por Natureza de Despesa - Exercício 2018

Ator Govern	FUNDS	Item Informaçã	PROVISÃO	DESPESAS	DESPESAS
			RECEBIDA	EMPENHADAS	LÍQUIDADAS
			Saldo R\$ (sem Informaçã)	Saldo R\$ (sem Informaçã)	Saldo R\$ (sem Informaçã)
DFDF	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AS POLICIAS CIVIL E MILITAR	310000	0,00		
		310001	210.104,87	210.104,87	210.104,87
DFDF	MANUTENCAO DAS POLICIAS CIVIL E MILITAR E DO CORPO DE BOMBEI	310000	0,00		
		310001	810.274.374,43	810.274.374,43	810.274.374,43
		310014	432.266,23	432.266,23	432.266,23
		310001	22.221,80	22.221,80	22.221,80
		310001	28.220.622,38	28.220.622,38	28.220.622,38
		310000	0,00		
		310014	1.276.288,74	1.276.288,74	1.276.288,74
		310001	22.022.022,21	22.022.022,21	22.022.022,21
		310001	16.222,00	16.222,00	
		310001	0,00		
		310001	1.441.220,21	1.441.220,21	1.441.220,21
		310001	401.007,20	401.007,20	248.007,20
		310014	1.440.220,20	1.440.220,20	1.441.713,20
		310001	18.274.471,42	18.274.471,42	18.273.264,20
		310001	27.222.222,21	27.222.222,21	20.222.222,21
		310001	10.222.222,20	10.222.222,20	16.222.222,21
		310001	0,00		

DFDF	OUTROS SERVIÇOS DE POLICIA CIVIL E MILITAR	310000	15.222,21	15.222,21	15.222,21
		310001	1.190.222,21	1.190.222,21	1.190.222,21
		310001	12.222,21	12.222,21	12.222,21
		310001	62.718,81	62.718,81	62.008,78
		310001	8.222,21	8.222,21	8.222,21
		310001	0,00		
		310001	0,00		
		310001	0,00		
		310001	89.222,21	89.222,21	89.222,21
		310001	2.722.222,21	2.722.222,21	2.448.222,21
		310001	21.190.222,21	21.190.222,21	8.222.222,21
		310001	0,00		
		310001	20.222.222,21	20.222.222,21	20.222.222,21
		310001	71.008,21	71.008,21	71.008,21
DFDF	OUTROS SERVIÇOS DE POLICIA CIVIL E MILITAR E DO CORPO DE BOMBEI	310000	0,00		
		310001	2.222.222,21	2.222.222,21	2.222.222,21
		310001	148.222,21	148.222,21	148.222,21
		310000	0,00		
		310001	8.222,21	8.222,21	8.222,21
		310001	0,00		
		310001	108.222,21	108.222,21	108.222,21
		310001	2.142,21	2.142,21	2.142,21
		310001	0,00		
		310001	108.222,21	108.222,21	108.222,21
DFDF	SERVIÇOS DE POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	310001	108.222,21	108.222,21	108.222,21
		310001	179.222,21	179.222,21	179.222,21

Robson Cândido da Silva  
Diretor Geral  
Matrícula 57.596-8

		DO FORTAL				
		219995	DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO ANTERIORES	25.046.825,25	30.048.928,19	25.046.825,25
		219101	DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL DESENVOLVIMENTO	8,00		
		219111	DESENVOLVIMENTO PATROCÍNIO DESENVOLVIMENTO	160.291.241,47	160.291.241,47	160.291.241,47
		219192	DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO ANTERIORES	10.079.928,83	10.079.928,83	10.079.928,83
		<b>Total</b>		<b>295.426.043,55</b>	<b>301.420.106,32</b>	<b>295.426.043,55</b>

Em 2018, a dotação autorizada para a Polícia Civil do Distrito Federal através do Fundo Constitucional do Distrito Federal foi de R\$ 2.203.457.962,00 (dois bilhões, duzentos e três milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, novecentos e sessenta e dois reais), não obstante, após remanejamentos ocorridos até a data de 31/12/2018, restaram autorizados R\$ 2.184.189.825,00 (dois bilhões, cento e oitenta e quatro milhões, cento e oitenta e nove mil e oitocentos e vinte e cinco reais), valor este que foi integralmente empenhado dentro do exercício.

#### RECURSOS DO TESOUREIRO DO DISTRITO FEDERAL

UG – 0001 - Tesouro do Distrito Federal – UO 22.105 – Polícia Civil do Distrito Federal						
Ação/Plano Orçamentário	G N D	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Índice	
					Emp	Liq
Administração de Pessoal	01	53.274.862,19	53.274.862,19	53.274.862,19	100%	100%
Conc. de benefícios a servidores	03	1.064.249,08	1.064.249,08	1.064.249,08	100%	100%
Desenv. De Programas Nacionais de Seg. Pública (convênios)	03 e 04	11.865.935,00	6.786.670,75	5.079.264,25	57%	43%
Mod. e Reequip. Da PCDF (Emenda Parlamentar)	04	1.082.258,00	1.082.257,39	361.457,30	100%	33%
Conv. de Licença Prêmio em Pecúnia	03	45.026,00	45.026,00	45.026,00	100%	100%
Ressarcimentos e Indenizações	03	140.765,43	140.765,43	140.765,43	100%	100%
<b>Total Geral</b>		<b>67.473.095,70</b>	<b>62.393.830,84</b>	<b>59.010.959,13</b>	<b>92%</b>	<b>87%</b>

Obs: considera apenas a dotação autorizada e desbloqueada até 31/12/2018

Durante o exercício de 2018, a Polícia Civil do Distrito Federal foi contemplada por meio da Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal (Lei Distrital 6.060/2017) com recursos no valor de R\$ 41.138.651,00 (quarenta e um milhões, cento e trinta e oito mil, seiscentos e cinquenta e um mil reais), não obstante, após remanejamentos ocorridos até 31/12/2018, restaram autorizados e efetivamente desbloqueados R\$ 67.473.095,70 (sessenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e três mil e noventa e cinco reais e setenta centavos), dotação esta da qual foram empenhados, até 31/12/2018, R\$ **62.393.830,84** (sessenta e dois milhões, trezentos e noventa e três mil, oitocentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos), dos quais foram liquidados R\$ 59.010.959,13 (cinquenta e nove milhões, dez mil, novecentos e cinquenta e nove reais e treze centavos).

A diferença a maior entre o valor autorizado inicialmente na lei orçamentária e o valor apurado em 31/12/2018 se deve ao remanejamento de R\$ 24.242.945,00 (vinte e quatro milhões, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e cinco reais) das dotações orçamentárias de outros órgãos para a PCDF com vistas a fazer face a despesa com pagamento de gratificações das carreiras policiais instituídas por Lei local, as quais deixaram de ser financiadas com recursos do FCDF em razão de decisão do TCU.

Noutro giro, importante esclarecer que excluindo os recursos de pessoal destinados à manter a carreira de apoio da PCDF e eventuais contrapartidas de Convênios, os demais recursos que Polícia Civil do Distrito Federal executa no orçamento do Tesouro local se referem exclusivamente a recursos destinados por emendas parlamentares e captados através de convênios com a União, nesse caso se tratando dos recursos alocados na Ação Desenv. De Programas Nacionais de Seg. Pública, que no presente exercício alcançará a cifra de R\$ 11.865.935,00 (onze milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais).

Cabe destacar, também, que os superávits de recursos de convênios que não foram executados no exercício de 2018, em razão de não conclusão dos processos licitatórios, da ordem de R\$ 5.079.274,25 (cinco milhões, setenta e nove mil, duzentos e setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), que impactaram no índice de assertividade orçamentária da UO 24.105 – Polícia Civil do Distrito Federal, serão utilizados no presente exercício para abertura de créditos adicionais para execução dos convênios à que se referem, contexto em que não há prejuízos à programação orçamentária e financeira da Instituição.

Robson Cândido da Silva  
Diretor  
Matrícula 57.3346-3

Convênios firmados pela PCDF até 31/12/2018

Número	Orig.	Objeto	Contrap.	Rep União	Valor total	Vigência
838.229/18	MJ X PCDF	400 Aparelhos de m condicional a 100 coletes balísticos	29.518,00	1.222.821	1.252.339,00	24/03/19
839.591/18	MJ X PCDF	Aquisição de 830 coletes balísticos	44.173,00	672.919,00	717.092,00	01/03/19
842.600/18	MJ X PCDF	Aquisição de 01 analisador tóxico e de 55 veículos	121.733,00	5.250.000,00	5.371.733,00	07/05/19
851.937/17	MJ X PCDF	Aquisição de 2 caminhões guinchô e 2 furgões	18.832,00	1.800.000,00	1.818.832,00	28/07/19
853.954/17	MJ X PCDF	Aquisição de 2 caminhões guinchô, 11 no-breaks e grupos geradores	1.937,36	1.937.999,14	1.939.936,50	16/02/19
880048/18	MJ X PCDF	Aquisição de 17 veículos sedan	42.812	1.250.000,00	1.292.812,00	31/12/18
880053/18	MJ X PCDF	Aquisição de 19 veículos sedan	92.794,00	1.250.000,00	1.342.794,00	31/12/18
880280/18	MJ X PCDF	Construção do DML PCDF	1.041.718,92	41.958.841,29	42.999.560,21	30/04/21
881487/18	MJ X PCDF	Aquisição de 04 veículos SEDAN	347,50	347.152,00	347.500,00	28/12/19
882009/18	MJ X PCDF	Aquisição de solução ABIS e de 46 armas caracterizadas tipo SLV	31.734,70	31.704.954,00	31.736.688,70	31/12/19

REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

Programa 6217 – Segurança Pública com Cidadania				
Ação/Subtítulo	GND	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Desenv. De Programas Nacionais de Seg. Pública (convênios)	03 e 04	11.865.935,00	6.786.670,75	5.079.264,25
Mod. e Reequip. Da PCDF (Emenda Parlamentar)	04	1.082.258,00	1.082.257,39	361.457,30

**Ação 1569- Desenvolvimento dos Programas Nacionais de Segurança Pública**

1. Aquisição de 53 veículos descaracterizados, no valor total de R\$ 3.266.799,69, a ser distribuída para as várias unidades da PCDF
2. Aquisição de 136 coletes balísticos, feminino, no valor de R\$ 135.699,44.
3. Aquisição de 830 coletes a prova balísticos masculinos, no valor de R\$ 722.100,00.

**Obs.:** As aquisições de veículos, coletes balísticos e o espectrômetro foram realizadas por meio de Convênios firmados com a Secretaria Nacional de Segurança Pública- SENASP, Fonte 132, 321, 332 e viabilizados por emendas parlamentares Federais, com contrapartida da Fonte 100 do GDF, sendo que a aquisição de 830 coletes balísticos masculinos, de 30 armas de fogo semiautomáticas e 1 de espectrômetro de fluorescência estão em fase de liquidação.

**24.105 - Polícia Civil do Distrito Federal - Emenda Parlamentar Distrital - Ação 3029 - Modernização e Reequipamento das Unidades de Segurança Pública**

1. Aquisição de 30 armas de fogo semiautomáticas para a DOA e DOE, fonte 100-GDF, EP- Emenda parlamentar à PLOA;
2. Aquisição de 1 cromatógrafo para o IC, fonte 100-GDF, EP- Emenda parlamentar à PLOA
3. Aquisição de uma 1 espectrômetro de fluorescência, no valor de 137.800,00, para o IC Obs.: todos em fase de liquidação.

**24.906 - Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da PCDF**

Não houve aquisição pelo FUNPCDF no Programa 6217 – Segurança Pública com cidadania

1. Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios (IRCH);
2. Taxa de Inquéritos Relatados (TIR).

INDICADOR - PCDF	2018*
ÍNDICE DE RESOLUÇÃO DE HOMICÍDIOS	52%
TAXA DE INQUÉRITOS RELATADOS	63%

FONTE: PCDF/DGI/DATE/SE/Polaris  
data da pesquisa 07JAN2019

- 3.

Entre as metas da PCDF contidas no PPA 2016-2019, vinculadas ao programa Segurança Pública com Cidadania estão as seguintes:

Reestruturar e Fortalecer a Coordenação de Homicídios e Proteção à Pessoa do Distrito Federal (CHPP);

Fortalecer a Atividade Pericial;

Expedir uma média de 81.075 laudos a cada ano, sendo: 30.000 pelo Instituto de Criminalística; 51.000 pelo Instituto de Medicina Legal e 4.075 pelo Instituto de Identificação. A título de exemplo, o quadro abaixo traz os números do ano passado, incluindo a quantidade de laudos expedidos pelo IPDNA e ainda outras atividades periciais, incrementado as informações relativas à essa meta.

Robson Cândido da Silva  
Diretor Geral  
Matrícula 57.596-8

Em relação à meta relacionada à Reestruturação e Fortalecimento da Coordenação de Homicídios e Proteção à Pessoa, houve a criação do Serviço de Proteção à Pessoa (Decreto nº 38.098, de 30/03/2017, publicado no DODF de 31/03/2017). Esse serviço tem como atribuição pesquisar, monitorar e analisar os casos registrados e aqueles de notório conhecimento envolvendo desaparecimento de pessoas residentes e/ou domiciliadas ou que foram vistas pela última vez no Distrito Federal, adotando-se, urgentemente, as providências investigativas necessárias para averiguar se é situação de crimes dolosos contra a vida, em especial, homicídio. A criação desse serviço na estrutura da CHPP não acarretou aumento de despesa. As iniciativas alinhadas ao Fortalecimento da Atividade Pericial serão detalhadas neste documento dentro do item 3 (Informações Complementares). Em relação aos laudos e perícias produzidos pelos Institutos do Departamento de Polícia Técnica, os resultados apurados no período compreendido entre 01/10/2018 a 31/10/2018 são os seguintes:

ATIVIDADES DO DPT	QUANTIDADE	ANO
Laudos Expedidos IC	26.114	2018
Laudos Expedidos II	9.315	2018
Laudos Expedidos IML	37.901	2018
Laudos Expedidos IPDNA	176	2018
Identificação Civil (1ª e 2ª vias)	184.306	2018
Identificação Criminal	13.716	2018
Perícias Realizadas pelo IC (Externas, Internas e Laboratoriais)	42.596	2018
Perícias Realizadas pelo IML ( Externas, Internas e Laboratoriais)	79.745	2018
Perícias Realizadas pelo II	38.564	2018
Atendimentos do Programa Identidade Solidária	1.041	2018
Retratos Falados produzidos pelo Instituto de Identificação	415	2018

Seguem abaixo algumas das ações necessárias e realizadas para o alcance dos objetivos específicos

#### 1471- Modernização de Sistema de Informação

Inserem-se nesse campo ações relacionadas à infraestrutura, desenvolvimento, sustentação de sistemas e capacitação de servidores em sistemas.

Treinamento	Unidade responsável pelo treinamento	Mês de realização	Público alvo	Nº de participantes
Treinamento sobre o sistema TCNET	CGP e DITEC	Abril	DPC e DPE	100
Treinamento sobre o sistema SEI	DPE e APC	Abril	DPE	54
Treinamento sobre o sistema SEI para pontos focais	SEPLAG e DGI	Maior	CGP, DGP, DAG, DPE, DPT, DPC, DEPATE e ESPEC	18
Treinamento sobre o Sistema PCDFNet	DGI	Maior	DETRAN	36
Treinamento avançado para o sistema I2	DIPO	Maior e junho	DPC e DPE	7
Apresentação do Sistema ATLAS	DITEC	Maior	IML e IC	18
Treinamento sobre o sistema ATLAS	DIPO e DITEC	Junho	DGI	18
Treinamento sobre o sistema PJe Criminal	CGP	Junho	DPC e DPE	18
Treinamento sobre a ferramenta GEOPORTAL	DIPO	Julho	DGI e DPE	54 DPE 18 DGI 36
Treinamento sobre o Sistema PCDFNet	DGI	Julho	DETRAN	36
Instrução sobre plataforma de treinamento dos sistemas corporativos	DITEC	Julho	APC	18
<b>Total de capacitações realizadas:</b>	<b>11</b>		<b>Total de alunos treinados:</b>	<b>457</b>

#### 2360- Identidade Solidária

O número de atendimentos feitos pelo Programa Identidade Solidária foram descritos na página anterior, na tabela referente aos laudos e perícias realizadas.

#### 2362- Centro Piloto de Preservação ao Uso de Drogas (CEPUD)

CONSOLIDAÇÃO ANUAL DE EVENTOS E VISITANTES - CEPUD

Robson Cândido da Silva  
Diretor Geral  
Matrícula 57.596-8

ATIVIDADES	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	TOTAL
Palestras Internas	5	23	21	9	58
Ouvintes - Palestras Internas	85	1.530	1.426	1.276	4.317
Palestras Externas	2	4	-	-	6
Ouvintes - Palestras Externas	260	4.719	-	-	4.979
Museu Itinerante	2	4	-	-	6
Visitantes - Museu Itinerante	260	4.719	-	-	4.979
Visitantes - Museu APC (fixo)	85	1.530	1.426	1.276	4.317
<b>TOTAL DE PESSOAS ATENDIDAS</b>	<b>345</b>	<b>6.249</b>	<b>1.426</b>	<b>1.276</b>	<b>9.296</b>

\* Cabe observar que os números apresentados na estatística do 4º trimestre se referem até o dia 31/10/2018, constando agendados para os meses de novembro e dezembro 16 eventos com expectativa de um público de 600 pessoas.

#### 3419- Reequipamento e Reparelhamento das Unidades de Segurança Pública

A tabela abaixo traz as maiores e principais aquisições da PCDF ocorridas em 2018

Item	Quantidade	Objeto	Nº do Processo	Valor
1	----	Mobiliário das unidade.35ºDP,16ºDP,IC	052.000.052/2017	R\$ 4.763.523,70
2	136	Coletes a prova de bala femininos nível III-A	052.001.512/2017	R\$ 136.699,44
3	1	Solução de balanceamento de carga e firewall de aplicação web	052.002.117/2018	R\$ 330.000,00
4	59	Sistema de vigilância e monitoramento para o complexo da PCDF	052.002.276/2016	R\$ 413.200,00
5	135	Divisória	052.00.582/2011	R\$ 376.564,29
6	45	Divisória tipo painel, tipo painel vidro e portas	052.002.350/2016	R\$ 129.749,60
7	62	Transceptor de Radio Móvel	052.001.401/2016	R\$ 632.615,14
8	62	Automóvel modelo Nissan Versa	052.001.401/2016	R\$ 3.534.406,72

9	53	Transceptor de Radio Móvel	052.001.874/2017	R\$ 397.500,00
10	53	Automóvel modelo Cobalt	052.001.874/2017	R\$ 2.868.299,69
11	32	Equipamentos de processamento de dados	0052.002.118/2016	R\$4.726.241,36

#### 4088- Capacitação de Servidores – Promovidas pela Escola Superior de Polícia Civil

Robson Cândido da Silva  
 Diretor Geral  
 Matrícula 57.596-8

ESTATÍSTICAS DE CURSOS PRESENCIAIS EXECUTADOS – ESPC/DTE

ÁREA DE FORMAÇÃO	CURSO	CARGA HORÁRIA	ALUNOS
<i>Aperfeiçoamento em Docência Policial</i>	Curso de Formação de Formadores de Identificação Veicular e Documental	60	27
	Curso de Formação de Tutores e Preceptores em Aprendizagem Baseada em Problemas	68	40
	Curso de Tutoria On-Line	30	38
<i>Aperfeiçoamento em Instrumental Policial</i>	Capacitação na Ferramenta SEI	8	375
	Curso Básico de Língua Inglesa		39
	Curso Básico de Língua Espanhola		12
	Curso Básico de Língua Francesa		26
	Curso de Fotografia Aplicada à Investigação Policial	40	14

ÁREA DE FORMAÇÃO	CURSO	CARGA HORÁRIA	ALUNOS
<i>Aperfeiçoamento em Investigação Policial</i>	I Curso de Depoimento Especial. o Procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência	20	149
	II Curso de Depoimento Especial. o Procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência	20	62
<i>Aperfeiçoamento em Inteligência Policial</i>	Curso de Análise Criminal Investigativa Com Utilização do Sistema Atlas	20	40
	Curso de Análise Criminal Investigativa com Utilização do Sistema Atlas	20	35
	Curso Básico de Análise de Vinculos – Módulo Pesquisa	20	36
	Curso de Análise dos Seis Canais de Comunicação e Avaliação de Veracidade e Credibilidade	20	32

  
**Rosson Candido da Silva**  
 Diretor Geral  
 Matrícula 57.596-8

<i>Aperfeiçoamento em Técnicas Operacionais da Ação Policial</i>	CURSO DE ESPINGARDA CALIBRE 12	20	4
	ESPC VAI ATÉ VOCÊ	8	91
	CURSO DE FUZIL	20	4
	CURSO DE SUBMETRALHADORA	20	4
	CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS JUDICIAIS PARA FORMADORES DE TOAP	40	58
	MANUSEIO DE PISTOLA PT – 840 PARA MAGISTRADOS DO TJDF	20	35
	Curso de Manuseio de Pistola PT 840 para Agentes de Segurança do TJDF	20	236
<i>Condicionamento Físico</i>	1º Treinamento de Defesa Contra Agressão com Faca	8	18
	2º Curso Básico de Técnicas de Imobilizações para a Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude - Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal	43	20
	PRÁTICA DESPORTIVA: JUDÔ	80	30
<i>Progressão Funcional</i>	13º CURSO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL	384	246
	14º CURSO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL	360	326
<b>TOTAL</b>		<b>1341</b>	<b>1997</b>

ESTATÍSTICAS DE CURSOS À DISTÂNCIA EXECUTADOS – ESPC/DTE

ÁREA DE FORMAÇÃO	CURSO		ALUNOS
<i>Progressão Funcional</i>	13º Curso de Progressão Funcional	- Investigação Policial - Tópicos Esp. de Polícia Judiciária - Interrogatório e Entrevista	228
	14º Curso de Progressão Funcional	- Produção de Relatório Policial - Tópicos Esp. de Polícia Judiciária - Interrogatório e Entrevista	320
<i>Aperfeiçoamento em Docência Policial</i>	Tutoria On-line Híbrido		39
	Formação de Tutores em ABP Híbrido		40
	Especialização em Segurança Pública Híbrido		38
<b>TOTAL</b>			<b>665</b>

Obs.: a diferença de alunos entre os cursos presenciais e os a distância se justifica pelo aproveitamento de estudos de cursos já executados no prazo estabelecido pelas normas da Escola.

ÁREA DE FORMAÇÃO	CURSO	ALUNOS
<i>Cursos de Pós-Graduação</i>	Especialização em Segurança Pública com Ênfase em Formação de Tutores, Preceptores e em Pesquisa para o Distrito Federal e Entorno	40

Robson Cândido da Silva  
Diretor Geral  
Matrícula 57.596-8

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Alcançado em 3º Ano	Origem/Fonte
1587 - APREENSÃO DE DROGAS PELA POLÍCIA CIVIL DO DF	KG	5.214	30/06/2015	MENSAL	3.000	4.204	3.150	5.144,021	3.308	4.050	PCDF / UO 24105 / OE 2
<p><b>Justificativa:</b> 2016 - Forte atuação de PCDF na apreensão ao tráfico de drogas no Distrito Federal.                  2017 - A PCDF superou o número de apreensões de drogas desejado para o período (3.150 Kg). Foram apreendidos 5.144,021 kg de drogas. O número de apreensões superou 63% do total desejado para o exercício de 2017. (Fonte: DATE/DGI/PCDF) Justificativa: 2017: Comprometimento dos policiais civis, aliado ao bom desempenho do Instituto de Criminalística quanto ao tempo de resposta para entregas de laudos de constatação de substância entorpecente.                  2018 - O índice de apreensão de drogas superou o cômputo esperado para 2018 em 22% (vinte e dois por cento). Considera-se que tal resultado positivo resulta de recentes investimentos tecnológicos em Inteligência Policial, além de capacitação dos policiais civis para ações contra o Crime Organizado por meio de iniciativas institucionais como o II Seminário de Inteligência Policial Judiciária e o Curso de capacitação e treinamento para Combate à corrupção e à Lavagem de dinheiro.</p>											
1586 - INQUÉRITOS CONCLUÍDOS COM AUTORIA DEFINIDA	UNIDADE	16.708	31/08/2015	MENSAL	16.700	13.765	16.867	13.693	17.036	16.583	PCDF / UO 24105 / OE 2
<p><b>Justificativa:</b> 2016 - O índice não foi alcançado tendo em vista do reduzido efetivo de policiais civis nas Delegacias de Polícia                  2017 - A PCDF produziu 13.693 inquéritos concluídos com autoria definida em 2017. O índice desejado era de 16.867 casos concluídos com autoria definida. (Fonte: DATE/DGI/PCDF) Justificativa: 2017: Reduzido número de policiais civis atuantes nas delegacias de Polícia.                  2018 - O índice de inquéritos concluídos com autoria definida não foi alcançado. Justifica-se em razão do reduzido efetivo de policiais civis nas delegacias de Polícia.</p>											
1623 - TAXA DE INQUÉRITOS RELATADOS (TIR)	%	77,04	31/12/2014	ANUAL	78,58	52,79	80,15	50	81,75	63	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7
<p><b>Justificativa:</b> 2016 - Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia                  2017 - Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia prejudica as investigações, impedindo que parte dos inquéritos sejam concluídos, impactando negativamente no número de inquéritos relatados.                  2018 - O índice da Taxa de Inquéritos Relatados restou aquém do esperado para o exercício de 2018. Reduzido efetivo de policiais civis nas delegacias de Polícia refletiu negativamente no número de inquéritos relatados.</p>											
1624 - ÍNDICE DE ASSERTIVIDADE ORÇAMENTÁRIA	%		01/01/0001	ANUAL	> 95	99,76	> 95	98	> 95	96	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7
<p><b>Justificativa:</b> 2016 - A PCDF tem estabelecido um excelente índice de assertividade orçamentária e financeira.                  2017 - Demonstrando proficiência em execução orçamentária, a PCDF atingiu o índice desejado no Plano Plurianual (&gt;95%), alcançando 98% em assertividade orçamentária em 2017. (Fonte: DOF/DAG/PCDF) Justificativa 2017: Novas medidas administrativas para as aquisições de materiais, bens e serviços. Adoção de boas práticas em Administração. Adoção de eficientes ferramentas de gestão orçamentária e de materiais.                  2018 - O índice de assertividade orçamentária superou o índice desejado. Adoção de boas práticas administrativas e eficientes ferramentas de gestão orçamentária.</p>											
1622 - ÍNDICE DE RESOLUÇÃO DOS CRIMES DE HOMICÍDIOS (IRCH)	%	40,17	31/12/2014	ANUAL	44,18	44,24	42,20	41,6	43,25	52,00	DGI/PCDF / UO 24105 / OE 7
<p><b>Justificativa:</b> 2016 - A PCDF tem priorizado a elucidação de crime de homicídio em todo Distrito Federal.                  2017 - O índice de resolução de crimes de homicídio (IRCH) alcançou 41,6%, em 2017. Não alcançou a meta de 42,2% prevista para o período. Frise-se que a premissa contida na meta é o aumento de 10% do índice de resolução até 2019, ou seja, atingir um aumento percentual de 2.5% ao ano até final do quadriênio. (Fonte: DATE/DGI/PCDF) Justificativa 2017: Reduzido efetivo de policiais nas Delegacias de Polícia.                  2018 - O índice de Resolução de Crimes de Homicídio superou o índice desejado em 8,75%. Justifica-se o bom resultado pela adoção de iniciativas que favoreceram as apurações criminais para crimes de feminicídio e melhorias no serviço de proteção à pessoa nos anos anteriores. Ainda o alto índice de atuações em flagrante delito para crimes de homicídio em 2018 ensejou o imediato conhecimento da autoria do delito contra a vida.</p>											

Índice de ASSERTIVIDADE ORÇAMENTÁRIA

Robson Candido da Silva  
 Diretor Geral  
 Matrícula 67.598-8



RAT/2018

**INFORMAÇÃO 1 - Índice de Assertividade Orçamentária**

UG - 73.901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF (União) - UO 73.905 - Polícia Civil do Distrito Federal

Despesa autorizada atual (com remanejamentos): R\$ 2.177.885.582,00

Despesa empenhada (até 31/10/2018): R\$ 1.776.148.278,75 - IA 81%

Despesa Liquidada (até 31/10/2018): R\$ 1.729.827.923,18 - IA 79%

UG - 0001 - Tesouro do Distrito Federal - UO 22.105 - Polícia Civil do Distrito Federal

Despesa autorizada: R\$ 68.287.211,66

Despesa empenhada (até 31/10/2018): R\$ 49.471.579,51 - IA 72%

Despesa Liquidada (até 31/10/2018): R\$ 47.932.545,96 - IA 70%

UG - 22906 - Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da PCDF - FUNPCDF

Despesa autorizada: R\$ 20.191.226,00

Despesa empenhada (até 31/10/2018): R\$ 506.516,30 - IA 2,50%

Despesa Liquidada (até 31/10/2018): R\$ 506.273,00 - IA 2,50%

Total geral:

Despesa autorizada: R\$ 2.266.364.020,00

Despesa empenhada: R\$ 1.826.126.374,00 - Índice de Assertividade: 81%

Despesa liquidada: R\$ 1.778.266.742,14 - Índice de Assertividade: 78%

*Robson Cândido da Silva*  
Diretor Geral  
Matrícula 57.596-8

**0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA</b>	<b>200000,0</b>	<b>45026,0</b>	<b>45026,0</b>	<b>45026,0</b>
0012 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-POLÍCIA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	200000,0	45026,0	45026,0	45026,0
<b>9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES</b>	<b>140000,0</b>	<b>140765,43</b>	<b>140765,43</b>	<b>140765,43</b>
7137 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-POLÍCIA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	140000,0	140765,43	140765,43	140765,43
<b>TOTAL - 0001 - PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL</b>	<b>340000,00</b>	<b>185791,43</b>	<b>185791,43</b>	<b>185791,43</b>

Apoio Financeiro a candidato

**6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
<b>1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS</b>	<b>200000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
9843 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO DE EXAMES PERICIAIS EM VEÍCULOS DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA - DISTRITO FEDERAL	200000,0	0,0	0	0
<b>TOTAL - 6001 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO</b>	<b>200000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Obras e Serviços de Engenharia			
Descrição	Região Administrativa	Etapa Realizada	Estágio
Construção do Prédio do Instituto de Criminalística	I	100%	Concluída
Construção da 15ª Delegacia de Polícia	IX	100%	Concluída
Construção da 16ª Delegacia de Polícia	VI	100%	Concluída
Manutenção Predial de Unidades da PCDF	Diversos	-	Em andamento

**6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL**

**Execução Orçamentária e Financeira**

<b>Ação/Subtítulo</b>	<b>Lei</b>	<b>Despesa Autorizada</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
<b>1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS</b>	<b>4500000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
9844 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS DO DPT- PCDF - REGIÃO I - PLANO PILOTO .	4500000,0	0,0	0	0
<b>8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL</b>	<b>29939402,0</b>	<b>53274862,19</b>	<b>53274862,19</b>	<b>53274862,19</b>
8666 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-POLICIA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	29939402,0	53274862,19	53274862,19	53274862,19
<b>8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS</b>	<b>16293,0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
0101 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-POLÍCIA CIVIL-DISTRITO FEDERAL	16293,0	0,00	0	0
<b>8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES</b>	<b>1122956,0</b>	<b>1064249,08</b>	<b>1064249,08</b>	<b>1064249,08</b>
8668 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-POLÍCIA CIVIL- PLANO PILOTO .	1122956,0	1064249,08	1064249,08	1064249,08
<b>TOTAL - 6002 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL</b>	<b>35578651,00</b>	<b>54339111,27</b>	<b>54339111,27</b>	<b>54339111,27</b>

Construção de Prédios Próprios

### **3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

#### **Realizações extraordinárias.**

Serão elencadas neste campo, as iniciativas alinhadas ao Programa Temático Segurança Pública com Cidadania (PPA2016-2019) e ao Planejamento Estratégico Institucional realizadas em 2018.

A atividade-fim da PCDF está contida no Programa Temático 6217: Segurança Pública com Cidadania, tendo em vista que seu negócio consiste na elucidação de infrações penais com efetividade, exercendo também a função de polícia judiciária, e promover a cidadania, estando alinhado ao referido programa temático, que possui o seguinte objetivo geral:

**OBJETIVO GERAL:**

**Preservar os direitos e garantias individuais por meio de ações de redução da criminalidade violenta e contra o patrimônio, de educação, fiscalização e engenharia de trânsito, de prevenção e resposta a desastres e de melhoria da qualidade dos serviços de segurança pública em geral, incluindo a perspectiva cidadã às intervenções.**

O referido objetivo geral subdivide-se em sete objetivos específicos, que representam diferentes esferas de atuação na segurança pública. São esses:

- Qualidade do Atendimento ao Cidadão;
- Resposta Qualificada à Criminalidade;
- Prevenção, Gestão de Risco e Respostas às Emergências e Desastres;
- Paz no Trânsito;
- Cultura de Paz;
- Governança, Gestão e Pessoas;
- Redução da Criminalidade.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**001 - QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO: Realizar procedimentos que visem melhor atender o cidadão que necessita dos serviços de segurança pública.**

Seguem abaixo recortes do referido objetivo específico, e na sequência, iniciativas da PCDF, implementadas em 2018, que estão alinhadas ao objetivo específico Qualidade do Atendimento ao Cidadão:

*"o compromisso e a responsabilidade dos órgãos de segurança pública não se resumem nem se limitam aos usuários ou clientes dos serviços de segurança pública, mas, antes de tudo, atendem o cidadão, sendo ele usuário ou não de serviços."*

***"objetivando a constante melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão (..) as instituições devem aperfeiçoar a prestação dos serviços públicos de segurança pública".***

Alinhados ao objetivo específico 001 e integrados do Plano Estratégico Institucional, estão os seguintes objetivos estratégicos da PCDF:

- Maximizar a Satisfação do Cidadão com a PCDF;
- Garantir Qualidade e Proatividade no Atendimento;
- Otimizar o Atendimento ao Público.

Seguem abaixo, os indicadores relacionados à Qualidade do Atendimento ao Cidadão e monitorados pela PCDF:

1) Número de carteiras de identidade emitidas por mês - meta para 2018: 21.600 carteiras. Resultado alcançado: 22.555 como média mensal e o número acumulado de 270.660 carteiras expedidas.

**Robson Cândido da Silva**  
Diretor Geral  
Matrícula 67.596-8

2) Tempo médio de expedição da carteira de identidade – meta para 2018: 5 dias. Resultado alcançado: média mensal de 3.3 dias.

3) Número de Certidões de antecedentes criminais expedidas por mês – meta para 2018: 5.250 certidões. Resultado alcançado: média mensal de 5.194,5 certidões e o número acumulado de 62.334 certidões expedidas.

4) Índice de Transparência Ativa (ITA) – meta para 2018: 100%. Resultado alcançado: Em 2017 e em 2018 a PCDF atingiu 100% no ITA.

5) Número de Audiências Realizadas no Núcleo de Polícia Judiciária Restaurativa implantado na 31ª Delegacia de Polícia, foram realizadas 34 audiências, e dessas, 15 acordos foram obtidos com sucesso e homologados pelo TJDF. Ressalta-se que o referido núcleo iniciou suas atividades em 19/02/2018 e os números acima referem-se aos atendimentos ocorridos até 12/09/2018. Este número se manteve em razão de ajustes realizados no Núcleo nos últimos dois meses do ano.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**002 – RESPOSTA QUALIFICADA A CRIMINALIDADE:** Promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os índices de crimes violentos de forma imediata e permanente.

A Missão e o Negócio da PCDF encontram-se intrinsecamente alinhados a esse objetivo específico, tendo em vista sua identidade de polícia judiciária e investigativa, atuando na repressão qualificada ao crime, buscando a sedimentação da materialidade delitiva e indícios de sua autoria. Constam, abaixo, alguns recortes retirados do PPA 2016-2019 para ilustração.

*"Com o aumento dos índices de resolutividade de crimes guiado pela melhoria das investigações criminais, pela implantação de serviços de **inteligência** e através da realização de **ações integradas** entre os diversos setores dos órgãos de segurança pública, a conquista da confiança da população na política de repressão qualificada é certa."*

*"(...) focar no **aperfeiçoamento da polícia técnico-científica** e no incremento dos métodos de investigação criminal."*

Os objetivos estratégicos da PCDF que possuem alinhamento com esse objetivo específico são:

- Elucidar Infrações Penais com Efetividade;
- Impactar Positivamente na Redução dos Índices de Criminalidade do DF;
- Trabalhar de Forma Integrada;
- Otimizar a Investigação Policial;
- Otimizar a Atividade de Polícia Judiciária;
- Virtualizar os Procedimentos Policiais;
- Garantir a Modernização Institucional.

Seguem abaixo as ações relacionadas as três vertentes acima destacadas:

Desenvolvimento e institucionalização do Sistema TCNet, que consiste na confecção de Termo Circunstanciado Eletrônico, que pode ser realizada nas delegacias de polícia e também remotamente, como por exemplo, nos locais de crime.

O TCNet é utilizado também por outros órgãos, além da própria PCDF. No ano de 2018 foi firmado Termo de Cooperação entre a PCDF, a Secretaria de Segurança Pública do DF e o Detran/DF (nº 01/2018), visando o registro de alguns dos crimes de menor potencial ofensivo, objetos de termo circunstanciado, no Sistema TCNet, por servidores do Detran/DF.

Desenvolvimento do sistema PCDFNet, que possibilita o registro da ocorrência policial ainda no local da prática criminosa, com identificação, qualificação dos envolvidos e adoção das primeiras providências;

Reforma do antigo edifício sede do Instituto de Identificação com vistas às novas instalações da Coordenação de Combate à Corrupção, ao Crime Organizado, aos Crimes contra a Administração Pública e aos Crimes contra a Ordem tributária (CECOR) com previsão de entrega para novembro de 2018;

Reestruturação do Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro, que passou a ser uma Divisão dentro do Departamento de Inteligência e Gestão da Informação. Inicialmente esse laboratório funcionava como uma seção da Divisão de Inteligência Policial;

Regulamentação do Serviço de Proteção à Pessoa na estrutura da Coordenação de Repressão a Homicídios e de Proteção à Pessoa (CHPP);

Revisão de procedimento sobre o registro de desaparecimento;

Implantação do Serviço de Inteligência Policial na estrutura do Departamento de Polícia Circunscripcional;

Criação do Serviço de Inteligência Policial nas unidades de polícia especializada;

Implantação da Seção de Inteligência Policial nas delegacias de polícia especializada;

Criação da Seção de Análise Criminal, de Vínculos e Financeira na estrutura das seguintes coordenações que integram a estrutura do Departamento de Polícia Especializada: CECOR, CORF, CORPATRI e CORD. Essas atividades são de suma importância na investigação criminal, principalmente no que se refere a organizações criminosas, uma vez que possibilita a identificação de vínculos entre os infratores, de diferentes naturezas (telefônica, bancária, financeira, patrimonial, ect);

Institucionalização do *software* CriminalDroid, desenvolvido pelo Instituto de Criminalística da PCDF e utilizado em suas perícias externas;

Implantação da Virtópsia pelo Instituto Médico Legal, visando substituir a necropsia com abertura de cadáver (necropsia tradicional), por um sistema virtual, ou seja, a elaboração de um mapa interno do cadáver através da imagem, chamado de autopsia virtual ou virtópsia, que é um método menos invasivo. A virtópsia está sendo utilizada de forma complementar desde outubro de 2017.

No que se refere a indicadores alinhados ao objetivo específico Resposta Qualificada à Criminalidade foram monitorados neste ano os seguintes:

- Tempo médio de emissão de Laudos dos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) referentes aos quatro institutos: Instituto de Criminalística, Instituto de Identificação, Instituto Médico Legal e Instituto de Pesquisa de DNA Forense – Metas para o ano de 2018:

IC – meta para 2018: 105 dias. Resultado alcançado: 101,59 dias;

II – meta para 2018: 6 dias. Resultado alcançado: 7,45 dias;

IML – meta para 2018: 11 dias. Resultado alcançado: 9,61 dias;

IPDNA – meta para 2018: 17 dias. Resultado alcançado: 18 dias

Robson Cândido da Silva  
Diretor Geral  
Matrícula-57.596-8

- Tempo médio de atendimento de perícia de morte violenta (CVLI) – meta para 2018: 110 minutos. Resultado alcançado: 109,02 minutos.

Fortalecer o combate ao tráfico de drogas também é uma meta que integra o objetivo específico Resposta Qualificada à Criminalidade. Seguem abaixo os indicadores monitorados e alinhados ao combate ao tráfico de drogas no ano de 2018:

- 1) Número de prisões por tráfico de drogas (maiores) – meta para 2018: 2.672 presos. Resultado alcançado até 31/12/2018: 2.045 presos;
- 2) Número de prisões por tráfico de drogas (menores) – meta para 2018: 1.155 menores de idade. Resultado alcançado até 31/12/2018: 1.022 menores de idade;
- 3) Volume de drogas apreendidas – meta para 2018: 3.300 Kg. Resultado alcançado até 31/12/2018: 3713,6 Kg;
- 4) Número de Ocorrências Policiais Relacionadas ao Crime de Tráfico de Drogas – meta para 2018: 2.500 ocorrências. Resultado alcançado até 31/12/2018: 2.710 ocorrências.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**

**005 – CULTURA DE PAZ:** Enfrentar a violência e todas as formas de discriminação, combater o racismo, sexismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, tráfico de pessoas, trabalho infantil, violência sexual, física, letal e outras formas de violência, respeitando a vida e promovendo a solidariedade. Fortalecer, ampliar e divulgar a rede de enfrentamento à violência, acolher vítimas e familiares, bem como proteger testemunhas.

Este objetivo específico abarca os contextos de segurança pública, justiça e cidadania, política de gênero, direitos das crianças e adolescentes, possuindo metas relacionadas ao fortalecimento de redes de enfrentamento à violência, ações de prevenção e combate ao racismo, bem como reforma e ampliação de locais destinados ao atendimento de vítimas de violência.

Objetivos Estratégicos Relacionados:

- Elucidar Infrações Penais com Efetividade;
- Maximizar a Satisfação do Cidadão com a PCDF;
- Fortalecer a Credibilidade e a Imagem Institucional;
- Aproximar PCDF e Comunidade;
- Garantir Qualidade e Proatividade no Atendimento;
- Trabalhar de Forma Integrada;
- Adequar e Padronizar Rotinas e Procedimentos de Atendimento.

**Ações da PCDF Relacionadas ao Público Infante-Juvenil:**

- Projeto Investigador Mirim da Escola Superior de Polícia Civil (ESPC), que visa o atendimento de crianças entre 8 e 11 anos de idade, oriundas de indicações da comunidade, tanto por escolas da rede pública ou particulares, quanto pelos Conselho Tutelares. O Investigador Mirim, além de beneficiar o público infantil com ensino, formação cívica, valorização dos vínculos familiares e apoio em algumas áreas de saúde preventiva, também almeja aproximar a PCDF da comunidade;

- Projetos do Museu Fixo de Drogas e do Museu de Drogas Itinerante, desenvolvidos pelo Centro Piloto de Prevenção ao Uso de Drogas – CEPUD, da Escola Superior de Polícia Civil;

- Projeto Construindo o Amanhã, capitaneado pelas Delegacias da Criança e do Adolescente, no qual palestras são ministradas. O objetivo da interação é garantir os direitos das crianças e dos adolescentes e colaborar na redução dos índices de cometimento de ato infracional e reiteração desses atos;

- Implantação de registro de denúncia padronizado e on-line para os casos de violência contra criança ou adolescente pela Divisão de Controle de Denúncias;

- Criação, pela Delegacia Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), com apoio da UnB, do Protocolo de Polícia Judiciária para Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes. O protocolo busca sistematizar as técnicas utilizadas nacional e internacionalmente sob a perspectiva da proteção integral, e diminuição dos danos da revitimização na coleta do depoimento de crianças e adolescentes;

- Capacitação, mediante duas edições do Curso de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes, uma parceria entre Escola Superior de Polícia Civil (ESPC) e a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). O curso, que promove o aperfeiçoamento da formação dos policiais, vai possibilitar a realização da oitiva a partir do protocolo de Polícia Judiciária - para depoimento especial de crianças e adolescentes - desenvolvido pela DPCA em parceria com a UnB.

**Ações Relacionadas à Política de Gênero:**

- Projeto Lídera: Empoderar para Multiplicar, que visa capacitar lideranças comunitárias com vistas à expansão da rede de enfrentamento à violência doméstica, tendo como objetivo, Empoderar para Multiplicar, que significa compartilhar informação com líderes comunitários para enfrentar a violência contra a mulher. A ideia é aumentar o conhecimento da população do Distrito Federal sobre as questões de gênero e sobre as diferentes formas de prevenir a violência, além de amparar mulheres vítimas;

- Execução do Protocolo de Investigação do Crime de Femicídio pelas unidades policiais da PCDF;

- Implantação de registro de denúncia padronizado e on-line para os casos de violência contra a mulher pela Divisão Controle de Denúncias.

**Ação Relacionada ao Crime de Racismo:**

- Implantação de registro de ocorrência padronizado e on-line para os casos de ofensas raciais pela Delegacia Eletrônica

Robson Cândido da Silva  
Diretor Geral  
Matrícula 57.596-F



**Ações Relacionadas à Justiça e à Cidadania:**

Implantação do Projeto Piloto de Polícia Judiciária Restaurativa. Com início na 31ª DP (Planaltina/DF), o projeto, coordenado pela Corregedoria Geral de Polícia (CGP) e apoiado pelo Departamento de Polícia Circunscrição (DPC), tem como objetivo iniciar as atividades de polícia judiciária restaurativa, promovendo a realização do estágio supervisionado obrigatório - 100h, referente ao Curso de Capacitação de Facilitadores em Justiça Restaurativa, promovido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, com a assinatura de Termo de Cooperação em 22/11/2017, criando o Núcleo de Justiça Restaurativa (Nujures).

O Núcleo de Polícia Judiciária Restaurativa objetiva a composição entre a vítima e o ofensor, nos crimes de menor potencial ofensivo. No local, policiais civis, treinados pelo TJDF, fazem a composição entre as partes. O resultado da negociação é enviado ao juiz para homologação, junto com o Termo Circunstanciado confeccionado na delegacia. O Acordo passa, então, a valer como título executivo judicial e serve de renúncia ao direito de representação.

- Implantação da Técnica de Constelação Familiar na Delegacia Especial de Repreensão aos Crimes por Discriminação Religiosa ou por Orientação Sexual ou contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência (DECRIN);
- Implantação de registro de denúncia padronizado e on-line relacionado à violência contra o idoso pela Divisão de Controle de Denúncias.

Indicador monitorado e alinhado ao objetivo específico Cultura de Paz:

- Número de Ocorrências Policiais Registradas na DECRIN - meta para 2018: 400 registros. Resultado alcançado: 321 ocorrências.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**  
006 - GOVERNANÇA GESTÃO E PESSOAS: Desenvolver a gestão por resultados integrada de todos os órgãos de segurança pública com planejamento e aperfeiçoamento na execução dos processos internos, bem como promover a valorização dos profissionais de segurança pública, com vistas a atingir a excelência dos serviços prestados à comunidade

Esse objetivo se relaciona com os mecanismos de governança e gestão, e ainda com os processos internos organizacionais. Os seguintes temas compõem as metas vinculadas a esse objetivo:

1. Modernização das ferramentas de gestão na segurança pública:

**Ações da PCDF Relacionadas a essa vertente:**

- Implantação de Painéis de Gestão pelo Departamento de Inteligência e Gestão da Informação;



*Robson Cândido da Silva*  
Diretor Geral  
Matrícula 57.596-8

- Modernização da intranet institucional, com a adoção de portal com moderna identidade visual visando à ampliação da comunicação organizacional. O portal permitiu a individualização de páginas, garantindo memória organizacional das atividades e serviços realizados por cada unidade policial.

Atividade	Quantidade
Atividade 01	10
Atividade 02	15
Atividade 03	20
Atividade 04	25
Atividade 05	30
Atividade 06	35
Atividade 07	40
Atividade 08	45
Atividade 09	50
Atividade 10	55
Atividade 11	60
Atividade 12	65
Atividade 13	70
Atividade 14	75
Atividade 15	80
Atividade 16	85
Atividade 17	90
Atividade 18	95
Atividade 19	100
Atividade 20	105
Atividade 21	110
Atividade 22	115
Atividade 23	120
Atividade 24	125
Atividade 25	130
Atividade 26	135
Atividade 27	140
Atividade 28	145
Atividade 29	150
Atividade 30	155
Atividade 31	160
Atividade 32	165
Atividade 33	170
Atividade 34	175
Atividade 35	180
Atividade 36	185
Atividade 37	190
Atividade 38	195
Atividade 39	200
Atividade 40	205
Atividade 41	210
Atividade 42	215
Atividade 43	220
Atividade 44	225
Atividade 45	230
Atividade 46	235
Atividade 47	240
Atividade 48	245
Atividade 49	250
Atividade 50	255
Atividade 51	260
Atividade 52	265
Atividade 53	270
Atividade 54	275
Atividade 55	280
Atividade 56	285
Atividade 57	290
Atividade 58	295
Atividade 59	300
Atividade 60	305
Atividade 61	310
Atividade 62	315
Atividade 63	320
Atividade 64	325
Atividade 65	330
Atividade 66	335
Atividade 67	340
Atividade 68	345
Atividade 69	350
Atividade 70	355
Atividade 71	360
Atividade 72	365
Atividade 73	370
Atividade 74	375
Atividade 75	380
Atividade 76	385
Atividade 77	390
Atividade 78	395
Atividade 79	400
Atividade 80	405
Atividade 81	410
Atividade 82	415
Atividade 83	420
Atividade 84	425
Atividade 85	430
Atividade 86	435
Atividade 87	440
Atividade 88	445
Atividade 89	450
Atividade 90	455
Atividade 91	460
Atividade 92	465
Atividade 93	470
Atividade 94	475
Atividade 95	480
Atividade 96	485
Atividade 97	490
Atividade 98	495
Atividade 99	500
Atividade 100	505

**Implantação de instâncias de governança e gestão participativa:**

- Implantação, em 2017, do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação da PCDF (CGTIC);
- Formulação e execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC 2017-2019);
- Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) na PCDF.

**Objetivos Estratégicos Relacionados:**

- Otimizar Processos Administrativos e Operacionais;
- Aprimorar a Coleta e o Processamento de Informações;
- Adequar Rotinas e Procedimentos de Atendimento;
- Fortalecer Competências Essenciais ao Negócio;
- Fortalecer Competências Gerenciais;
- Gerir o Conhecimento;
- Consolidar Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação Eficazes.

**OBJETIVO ESPECÍFICO:**  
 007 - REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE: Promover segurança pública com excelência na elucidação de infrações penais e no desempenho da função de polícia judiciária, tendo como pilares a ética, os direitos e garantias fundamentais, o capital humano qualificado e motivado, ações de inteligência e recursos tecnológicos avançados

As metas, indicadores e ações necessárias para o alcance do objetivo específico Redução da Criminalidade estão contidos no campo **Realizações por Programa**, descritos anteriormente neste documento. Segue abaixo tabela contendo o número de pautas e coletivas realizadas mês a mês e as respectivas ações de destaque da PCDF.

MÊS	COLETIVA SE PAUTAS	AÇÕES de DESTAQUES
JANEIRO	30	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CECOR deflagra a Operação Terebro. Sete são presos</li> <li>• Operação DÉJÀ-VU cumpre 16 mandados</li> </ul>

*Robson Cândido da Silva*  
 Diretor Geral  
 Matrícula 57.596-8